



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 10680.003130/96-99  
Recurso nº : 13.155  
Matéria : IRPF - Ex: 1995  
Recorrente : LAURENTINO DE ANDRADE FILOCRE  
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG  
Sessão de : 08 de janeiro de 1998  
Acórdão nº : 104-15.920

**IRPF - NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA** - Nula a notificação eletrônica que não atenda ao artigo 142 do C.T.N., combinado com o artigo 11, IV, do Decreto n. 70.235/72.

Lançamento anulado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
**LAURENTINO DE ANDRADE FILOCRE**

ACORDAM os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **ANULAR** o lançamento, nos termos do relatório e voto que passam integrar o presente julgado.

  
LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO  
PRESIDENTE

  
ROBERTO WILLIAM GONÇALVES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 FEV 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, LUIZ CARLOS DE LIMA FRANCA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.003130/96-99  
Acórdão nº. : 104-15.920  
Recurso nº. : 13.155  
Recorrente : LAURENTINO DE ANDRADE FILOCRE

### RELATÓRIO

Inconformado com a decisão do Delegado da Receita Federal de Juízamento em Belo Horizonte, MG, que considerou parcialmente procedente o lançamento de fls. 02, o contribuinte em epígrafe, nos autos identificado, recorre a este Colegiado.

Trata-se de notificação eletrônica do imposto de renda de pessoa física, atinente ao exercício financeiro de 1995, ano calendário de 1994, através da qual foram alterados os valores do imposto de renda na fonte, pensão judicial e dependentes despesas com instrução, então pleiteadas na declaração de ajuste

Ante a documentação acostada aos autos a autoridade monocrática mantém parcialmente o lançamento, exceto quanto a dependentes e despesas com instrução respectivas.

Na peça recursal pleiteia a dedução dos encargos com dependentes e despesas com instrução destes.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.003130/96-99  
Acórdão nº. : 104-15.920

V O T O

Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, Relator

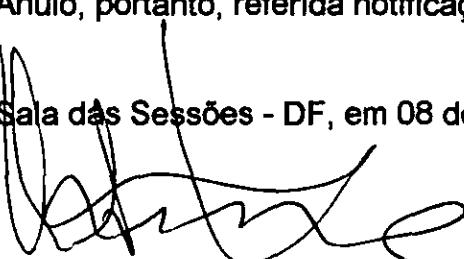
O recurso é tempestivo. Dele tomo conhecimento.

Em preliminar, a notificação objeto desta lide não tende ao disposto no artigo 142 do C.T.N. e, em particular, expressa disposição, insita no artigo 11, IV, e seu parágrafo único, do Decreto n. 70.235/72.

Nesse sentido, a própria Secretaria da Receita Federal, através da Instrução Normativa n. 54/97, artigo 5º, determinou o cancelamento de notificações que tais.

Anulo, portanto, referida notificação.

Sala das Sessões - DF, em 08 de janeiro de 1998

  
ROBERTO WILLIAM GONÇALVES